



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

LEI N.º 2.999/2019, DE 03 DE JULHO DE 2019.

“Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária do Exercício de 2020 e dá Outras Providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Baixo Guandu – ES APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, referente ao exercício de 2020, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, no art. 103, § 2º da Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

- I – prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes gerais para elaboração e execução da lei orçamentária anual e respectivas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as diretrizes para execução da lei orçamentária anual;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VIII - as disposições finais;



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

CAPÍTULO II

DAS METAS FISCAIS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000 as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2020 estão identificados nos Demonstrativos I a V, VII a IX desta Lei, em conformidade com a Portaria n.º 637, de 18 de outubro de 2012 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

§ 1º Os Anexos de Metas Fiscais referidos no caput deste artigo constituem-se dos seguintes:

I- Metodologia e Memória de Cálculo das Metas anuais;

a) Receitas: Metodologia e Memória de Cálculo;

b) Despesas: Metodologia e Memória de Cálculo;

c) Receita Primária: Metodologia e Memória de Cálculo;

d) Resultado Primário;

e) Resultado Nominal;

f) Montante da Dívida Pública.

II - Demonstrativo I - Metas Fiscais, Metas Anuais;

III - Demonstrativo II - Metas Fiscais, Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

IV - Demonstrativo III - Metas Fiscais, Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

V - Demonstrativo IV - Metas Fiscais, Evolução do Patrimônio Líquido;

VI - V – Metas Fiscais, Origem e Aplicação de Recursos Obtidos na Alienação de Ativos

VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII - Anexo de Riscos Fiscais.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

§ 2º Exclui-se do rol de demonstrativos constantes na presente Lei o Anexo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuária do RPPS por não existirem fatos geradores no exercício; Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita por não existir previsão para renúncia de receitas nos próximos três exercícios.

§ 3º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 o Demonstrativo I - Metas Anuais é elaborado em valores correntes e constantes, relativos a receitas, despesas, resultado primário e nominal e montante da dívida pública, para o exercício de referência e para os dois seguintes.

§ 4º Os valores correntes dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 levam em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria n.º 637/2012 da STN.

§ 5º Os valores da coluna “% PIB” são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

Art. 3º Em consonância com o art. 103, § 2º da Lei Orgânica Municipal e o Plano Plurianual para o período de 2018-2021, as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2020 são as definidas e demonstradas no anexo de Metas e Prioridades, em consonância com o planejamento da ação governamental.

Art. 4º As prioridades e metas terão precedência na alocação de recursos no Orçamento de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Os eixos estratégicos que nortearão a formulação de programas são os seguintes:

- I - desenvolvimento sustentável com inclusão social;
- II - democratização da gestão pública;
- III - defesa da vida e respeito aos direitos humanos;
- IV - reestruturação e reorganização dos serviços e da Administração Pública, buscando maior eficiência na prestação de serviços públicos e arrecadação;
- V - assistência à criança e ao adolescente;
- VI - assistência ao idoso e à pessoa com deficiência;



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

VII - melhoria da infraestrutura urbana e rural;

VIII - valorização do servidor público municipal;

IX - inovação e empreendedorismo como estímulos ao crescimento econômico.

§ 2º Os objetivos estratégicos que orientarão a definição de prioridades e metas são os seguintes:

I - contribuir para a formação de uma cultura de cidadania e valorização dos direitos humanos no município de Baixo Guandu, bem como promover a igualdade racial e de gênero;

II - promover a universalização do acesso à educação infantil e ao ensino fundamental com qualidade;

III - ampliar o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime;

IV - promover ações preventivas de segurança e de incentivo à cultura da paz, integrando-se às demais esferas de governo nas ações de segurança pública;

V - estimular o desenvolvimento cultural e o acesso da população aos produtos e equipamentos culturais do município;

VI - estimular na população a prática esportiva e a formação e desenvolvimento de atletas;

VII - viabilizar o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e aos serviços digitais;

VIII - promover o desenvolvimento econômico do município de Baixo Guandu a partir da identificação de sua vocação econômica e demais potencialidades;

IX - promover a articulação e estimular a integração das políticas públicas municipais;

X - promover a educação e a responsabilidade ambiental, visando à formação de uma cultura para o desenvolvimento sustentável no município;

XI - fomentar o desenvolvimento humanístico e cultural e a preservação do patrimônio histórico do Município;



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

- XII** - estimular as micro e pequenas empresas, o empreendedorismo, a formação e desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda no município;
- XIII** - promover a qualidade ambiental e urbanística do município, a partir de ações de saneamento, gestão de resíduos sólidos e controle do espaço urbano;
- XIV** - promover a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida da população moradora das áreas de ocupação espontânea;
- XV** - promover ações de manutenção urbana que garantam a limpeza e conservação das vias e equipamentos públicos;
- XVI** - propiciar condições favoráveis à circulação e deslocamento de pessoas, priorizando o pedestre e o ciclista;
- XVII** - promover a participação da população na gestão pública e estimular o controle social a partir da transparência das ações da administração municipal;
- XVIII** - promover a valorização dos servidores municipais oportunizando a estes melhores condições de renda, de vida e de trabalho;
- XIX** - garantir a melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população, inclusive, com a criação de novos cargos e novos órgãos;
- XX** - fortalecer as finanças públicas municipais e expandir a capacidade de financiamento e investimento público;
- XXI** - criar incentivos para ampliar a arrecadação de impostos municipais.
- XXII** - assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- XXIII** - garantir o desenvolvimento local e contribuir, sempre que possível, para o desenvolvimento regional, estadual e nacional;
- XXIV** - erradicar a pobreza e a marginalização social, buscando reduzir ao máximo as desigualdades sociais nas áreas urbana e rural;
- XXV** - promover ações que subsidiem programas de moradia popular, especialmente para populações de baixa renda ou em risco social.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

§ 3º O Projeto de Lei do Orçamento do Município de Baixo Guandu para o exercício de 2020 abrangerá os Programas de Governo constantes do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2018/2021 e suas modificações, discriminados em ações e seus respectivos produtos e metas.

Art. 5º As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2020 se verificadas, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução do orçamento de 2019, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial e valores da despesa por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa.

§ 1º A classificação funcional programática seguirá o disposto na Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, e suas alterações, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º Os programas classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles que constarem no Plano Plurianual 2018-2021 e suas modificações.

§ 3º Na indicação do grupo de natureza de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- I) pessoal e encargos sociais (1);
- II) juros e encargos da dívida (2);
- III) outras despesas correntes (3);
- IV) investimentos (4);
- V) inversões financeiras (5);
- VI) amortização da dívida (6).



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

§ 4º A reserva de contingência, prevista no art. 23 desta Lei, será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

Art. 7º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – **função**: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – **subfunção**: uma partição que visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – **programa**: um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

IV – **atividade**: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – **projeto**: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - **operação especial**: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VII - **unidade orçamentária**: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 8º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 9º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função, a subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário às quais se vinculam.

Parágrafo Único - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

Art. 10. O orçamento Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, suas unidades gestoras, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e demais entidades em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Parágrafo Único – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a assinar convênios com todas as esferas de governo, bem como instituições diversas e entidades privadas, definindo projetos que venham a atender às demandas da sociedade, melhorando substancialmente sua qualidade de vida; devendo solicitar autorização legislativa quando houver a necessidade de abertura de crédito adicional.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;
- II - às despesas com alimentação escolar;
- III - à concessão de subvenções;
- IV - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão da unidade orçamentária própria;
- V - as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 12. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal e da seguridade social;

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

I - evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes;

II - evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III - resumo das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V - receita e despesa, do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa e fonte de recursos;

VIII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX - recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e da seguridade social, por órgão;

X - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

XI - resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento segundo órgão, função, subfunção e programa;

XII - fontes de recursos por grupos de despesas; e

XIII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividades, projetos e operações especiais com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

§ 2º Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 13. A modalidade de aplicação, referida no art.6º desta Lei, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou transferidos, ainda que na forma de descentralização, a outras esferas de governo, órgãos ou entidades observando-se, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Por Transferências:

CÓDIGO	NOME DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO
20	Transferências à União;
22	Execução Orçamentária Delegada à União
30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
31	Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
32	Execução Orçamentária Delegada à Estados e ao Distrito Federal;
35	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141 de 2012.
36	Transferência Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à Conta de Recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar 141 de 2012.
40	Transferências a Municípios;
41	Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
42	Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
45	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
46	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
60	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
67	Execução de Contrato de Parceria Público-Privada – PPP
70	Transferências a Instituições Multigovernamentais;
71	Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio;
72	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
73	Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio à Conta de Recursos de que Tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141 de 2012;
74	Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio à Conta de Recursos de que Trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141 de 2012.
75	Transferências a Instituições Multigovernamentais à Conta de Recursos de que Tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

76	Transferências a Instituições Multigovernamentais à Conta de Recursos de que Trata o art. 25 da Lei Complementar nº141 de 2012;
80	Transferências ao Exterior.

II - Diretamente:

a)	90	Aplicações Diretas;
b)	91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
c)	93	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgão, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual Participe;
d)	94	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgão, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual não Participe;
e)	95	Aplicação Direta à Conta de Recursos de que Tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141 de 2012;
f)	96	Aplicação Direta à Conta de Recursos de que Tratam os §§ 1º e 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 141 de 2012.

III - Outros

a)	99	Reserva de Contingência.
----	----	--------------------------

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 14. O Orçamento do Município para o exercício de 2020 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimento.

Parágrafo Único - Os processos de elaboração e definição do Projeto de Lei Orçamentária para 2020 e sua respectiva execução deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, inclusive por meio eletrônico, observando-se o princípio da publicidade permitindo-se, dessa forma, o acesso da sociedade às informações relativas a essas etapas.

Art. 15. No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2020.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

§ 1º A estimativa da receita e a fixação da despesa que constarão da Lei Orçamentária Anual poderão ser ajustadas para atender as adequações decorrentes de alterações da legislação, e de outros fatores econômicos e financeiros, que possam vir a afetar as programações estabelecidas na presente Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º As metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias poderão sofrer variações, quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual, devendo ser mantido o equilíbrio das contas públicas.

Art. 16. Na programação da despesa serão observadas as seguintes restrições:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente constituídas as unidades executoras;

II - não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria, assistência técnica, conferências contábeis diversas, inclusive custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

III - não serão destinados recursos a título de investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 106 § 2º e art. 53 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 17. A lei orçamentária não destinará recursos para custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça a obrigação da Administração Pública Municipal em cooperar técnica e financeiramente.

Parágrafo Único - Excetuam-se da vedação do caput deste artigo as despesas decorrentes de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, conforme o caso, desde que haja relevante interesse público e suficiência financeira que permita o custeio da despesa.

Art. 18. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 3º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, considerando o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, observarão os seguintes princípios:

I - novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária depois de atendidos aqueles em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito;



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

II - somente serão incluídos na Lei Orçamentária os investimentos para os quais as ações que assegurem a sua manutenção sejam previstas no PPA 2018-2021;

III - os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2018-2021, que tenha sido objeto de projetos de lei.

Art. 20. A inclusão ou alteração de ação orçamentária para proporcionar uma melhor consecução ou adequação de programas de governo e, desde que não os altere nem tampouco suas metas, poderão ocorrer através da Lei Orçamentária Anual ou através de seus Créditos Adicionais.

Art. 21. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação as exposições de motivos de que trata o § 1º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o § 1º do art. 12 desta Lei.

§ 4º Quando a abertura de créditos adicionais implicarem em alteração das metas constantes do demonstrativo referido no art. 2º § 1º desta Lei, estes deverão ser objeto de atualização.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

§ 5º A anulação de créditos motivada por abertura de créditos adicionais não poderá implicar na completa inviabilização de projetos e atividades vinculados aos programas de duração continuada.

§ 6º Na Lei Orçamentária para o exercício de 2020 constará autorização para abertura de crédito adicional suplementar, cujo percentual não será inferior a 40% (quarenta por cento) nem superior a 60% (cem por cento) do total da despesa fixada.

§ 7º Os Créditos Orçamentários realizados através de Superávit Financeiro ou Excesso de Arrecadação de Receitas não caracteriza a abertura de crédito adicional, portanto, não está vinculada ao percentual de que trata o parágrafo 6º do artigo 22, podendo ser realizada até o limite do Superávit Financeiro ou do Excesso de Arrecadação.

§ 8º O Orçamento será aprovado no Nível de Modalidade de Aplicação.

Art. 23. A Reserva de Contingência será fixada em valor igual ou superior a 1% (um ponto percentual) da receita corrente líquida estimada, e destinar-se-á:

I – ao atendimento de passivos contingentes;

II – ao atendimento de riscos e eventos fiscais imprevistos; e

III – à abertura de créditos adicionais especiais e suplementares, objetivando a inclusão de alteração ou adequação da previsão orçamentária.

Art. 24. A movimentação de crédito orçamentário através da alteração do Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, nos níveis de modalidade de aplicação, observados os mesmos grupo de despesa, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderá ser realizada para atender às necessidades de execução.

§ 1º A movimentação de crédito orçamentário através de alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa não caracteriza a abertura de crédito adicional, portanto, não está vinculada ao percentual de que trata o §6º do artigo 22 desta Lei, podendo ser realizada até o limite da despesa total fixada.

§ 2º A movimentação de crédito de que trata o caput deste artigo compreende as transferências de saldos orçamentários entre elementos de despesa, fontes de recurso e modalidade de aplicação, facultada a inserção de elemento de despesa e fontes de recurso.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

§ 3º Caberá ao Prefeito Municipal, através de ato normativo, promover as alterações descritas no parágrafo anterior.

§ 4º A proposta orçamentária poderá conter previsão de aumento do salário mínimo de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal.

§ 5º Os recursos necessários ao atendimento do aumento real do salário mínimo, caso as dotações da lei orçamentária sejam insuficientes, serão objetos de crédito suplementar a ser aberto no exercício de 2020.

Art. 25. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Art. 26. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde e assistência social, obedecerá ao disposto nos arts. 153 a 161, também os arts. 177 e 178 da Lei Orgânica Municipal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - do orçamento fiscal;

II - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27. Somente serão incluídas, na lei orçamentária anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto de lei do orçamento à Câmara Municipal.

Art. 28. A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2020, terá como limite máximo a folga resultante da combinação das Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal e, ainda, da Medida Provisória nº 2.185-35/01 e suas alterações.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, art. 31 da Lei Complementar nº 101/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na Lei Orçamentária Anual, no conjunto de “outras despesas correntes” e no de “investimentos” e “inversões financeiras”.

Parágrafo Único - O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal, fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.

Art. 30. Fica excluída da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação de hora extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.

Art. 31. A execução orçamentária direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas em anexo deverá, ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites, na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos, os mesmos limites fixados pelos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alterações da estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo somente será admitindo:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – se observada à margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Parágrafo Único – O reajuste da remuneração de pessoal deverá respeitar as condições estabelecidas nos incisos I e II deste artigo.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. Na estimativa das receitas constante do projeto de lei orçamentária serão considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo Único - As alterações na legislação tributária municipal dispendo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, taxas diversas, incluindo taxa de Coleta de Resíduos Sólidos/Hospitalares, Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, deverão constituir objeto de projetos de lei a serem enviados ao Legislativo Municipal, visando promover a justiça fiscal e contribuir para a elevação da capacidade de investimento do Município.

Art. 35. Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão apresentar demonstrativo dos benefícios de natureza econômica e/ou social.

Parágrafo Único - A redução de encargos tributários só entrará em vigor quando satisfeitas as condições contidas no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. As emendas aos projetos de Lei Orçamentária ou aos projetos que os modifiquem somente poderão ser acatadas caso:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:
 - a) dotações para pessoal e seus encargos;
 - b) pagamento do serviço da dívida;
 - c) transferências a instituições privadas sem fins lucrativos;
 - d) contrapartida de empréstimos, convênios e outras formas contrapartidas;
 - e) recursos vinculados;



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

f) recursos para o Pasep;

g) dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;

h) categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado;

III - sejam relacionadas:

a) com correção de erros ou omissões;

b) com dispositivos do texto do projeto de lei.

Art. 37. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Art. 38. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para outra esfera de governo ou entidade privada conterão, obrigatoriamente, referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 39. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º Os serviços de contabilidade registrarão todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto deste artigo.

§ 2º Para assegurar o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos e a análise dos resultados econômicos e financeiros a que se refere o artigo 85 da Lei Federal nº 4.320 de 1940, bem como para os fins dos artigos 80 e 84 da mesma Lei Federal, integrarão os serviços de contabilidade do Município, nos limites de suas respectivas atribuições, o setor de contabilidade, o setor de tesouraria, o setor de patrimônio e almoxarifado e todos os demais setores que possuam atribuições inerentes à escrituração e evidenciação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Município.

Art. 40. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000:



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, bem como os procedimentos a que se refere o art. 182 da Constituição Federal;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 41. Caso o projeto de lei orçamentária de 2020 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2019 a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Conseqüentemente ao procedimento previsto neste artigo e se, em decorrência de possíveis emendas ao projeto da LOA promovidas pelo Legislativo acarretar insuficiências orçamentárias, estas serão ajustadas através da abertura de crédito adicional ou de movimentação de crédito orçamentário, após sancionada a Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários;

III - serviço da dívida;

IV - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências voluntárias, ação continuada ou programas de governo da União e do Estado;

VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior;

VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores ao de 2019 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2020;



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

VIII – pagamento de contratos que versam sobre serviços de natureza continuada.

Art. 42. A concessão de subvenções para suplementação de recursos de entidades privadas, somente poderá ser realizada quando revelar-se economicamente viável e, no limite das possibilidades financeiras do Município.

Art. 43. Somente serão concedidas subvenções às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização ou de controle e detiverem regularidade fiscal.

Art. 44. As instituições que almejem subvenções deverão, previamente, apresentar proposta e/ou projeto evidenciando seu objeto, o qual deverá atender também aos componentes formais definidos na legislação pertinente.

§ 1º Poderá ser exigida contrapartida do beneficiário, de no máximo 1% sobre o valor total do projeto, quando a fonte de recurso para custeio do objeto for Tesouro Municipal.

§ 2º A contrapartida de que trata o parágrafo anterior será dada, preferencialmente, em recursos financeiros ou, na impossibilidade destes, em bens ou serviços economicamente mensuráveis.

§ 3º O Órgão Municipal responsável pela prestação de contas de convênios e subvenções elaborará, quadrimestralmente, relatório circunstanciado sobre o cumprimento do objeto do convênio ou instrumento congênere, avaliando as metas propostas e a satisfação do público atendido.

Art. 45. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo Único. As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos submeter-se-ão, no que couber, às disposições da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Art. 46. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2019 poderão ser reabertos, por ato do Chefe do Poder Executivo, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2020 conforme o disposto no § 2º, art. 167 da Constituição Federal.

Art. 47. O prefeito municipal poderá convocar reuniões, audiências públicas e assembleias para garantir a participação popular na definição das prioridades orçamentárias relativas aos investimentos municipais para o exercício de 2020.



PMBG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | www.pmbg.es.gov.br

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914
CNPJ 27.165.737/0001-10

Art. 48. O Poder Executivo estabelecerá, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, por grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação.

Art. 49. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os Governos Federal, Estadual e Municipal, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras e serviços, sejam ou não de sua competência, ou aquisição de bens e materiais.

Art. 50. Para cumprimento da Seção II do Capítulo IX, em especial o inciso III do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000, os poderes, órgãos, fundos, entidades da administração direta, autárquica e fundacional que mantém escrituração contábil descentralizada encaminharão seus balancetes contábeis, mensalmente, ao órgão responsável pela consolidação contábil do Município, até o décimo quinto dia do mês subsequente.

§ 1º Os balancetes a serem encaminhados referem-se aos registros de seus respectivos sistemas contábeis, compreendendo o subsistema de informação orçamentária, o subsistema de informação patrimonial, o subsistema de custo e o subsistema de compensação e serão enviadas por meio magnético e por meio convencional, impresso.

§ 2º O órgão municipal responsável pela consolidação deverá processá-la em até dez dias úteis após o recebimento dos balancetes mencionados no caput desse artigo.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos três dias do mês de julho de 2019.


JOSÉ DE BARROS NETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em
03 de julho 2019.


ADONIAS MENEGÍDIO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
	Receita Total	96.473.817,28	92.763.285,85	0,076	107,304	103.766.532,63	96.187.704,01	0,079	111,265	110.709.094,36	99.038.053,93	0,082
Receitas Primárias (I)	96.779.402,46	93.057.117,75	0,076	107,644	104.115.281,17	96.492.382,92	0,080	111,617	111.059.770,42	99.351.761,44	0,082	114,925
Despesa Total	86.514.742,11	83.187.252,03	0,068	96,227	93.072.559,56	86.258.164,56	0,071	99,779	99.280.499,28	88.814.270,40	0,074	102,736
Despesas Primárias (II)	112.780.422,15	108.442.713,61	0,089	125,441	121.329.178,15	112.445.948,24	0,093	130,072	129.421.834,33	115.778.082,03	0,096	133,926
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(16.001.019,69)	(15.385.595,86)	-0,013	-17,797	(17.213.896,98)	(15.953.565,32)	-0,013	-18,455	(16.362.063,91)	(16.426.320,59)	-0,014	-19,001
Resultado Nominal	(181.184,73)	(174.216,09)	0,000	-0,202	(194.918,53)	(180.647,39)	0,000	-0,209	(207.919,60)	(186.000,55)	0,000	-0,215
Dívida Pública Consolidada	8.042.502,97	7.733.175,93	0,006	8,945	8.652.124,70	8.018.651,25	0,007	9,276	9.229.221,42	8.256.269,59	0,007	9,550
Dívida Consolidada Líquida	(15.594.725,96)	(14.994.928,81)	-0,012	-17,345	(16.776.806,19)	(15.548.476,54)	-0,013	-17,986	(17.895.819,16)	(16.009.227,73)	-0,013	-18,519
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019, às 13:59:19

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	3,01	3,83	2,92
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,50	10,50	10,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,75	3,80	3,83
Inflação Média (% anual) projetada com base em Índice oficial de inflação	4,00	3,75	3,60
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	127.000.000.000,00	130.900.000.000,00	134.700.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	89.907.135,00	93.278.652,56	96.636.694,05

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

	2021	2022
Valor Corrente / 1,0400	Valor Corrente / 1,0790	Valor Corrente / 1,1178

Jose de Barros Neto
 Prefeito Municipal

Adonias Menegildo da Silva
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

Fabrice de Souza Passos
 Secretária Municipal de Planejamento

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2020


ARF (LRF, art 4º, § 3º)


R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais - Precatórios de Pessoa	25.826,95	Limitação das Despesas -Parcelamento Judicial	25.826,95
Demandas Judiciais - INSS (Encargos Sociais a Pagar)	5.238.511,55	Limitação das Despesas	2.000.000,00
Demandas Judiciais - Precatórios de Terceiros	1.944.041,66	Parcelamento Judicial - Diversos Atos	3.238.511,55
Assistência Diversas	150.000,00	Limitação de Despesas	500.000,00
SUBTOTAL	7.358.380,16	Parcelamento Judicial Diversos Atos	1.444.041,66
		Limitação de Empenho e Reserva de Contingência	150.000,00
		SUBTOTAL	7.358.380,16
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração da Arrecadação	500.000,00	Limitação de Empenho	500.000,00
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00
TOTAL	7.858.380,16	TOTAL	7.858.380,16

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 1/04/2019 , às 13:54:59

Jose do Borno Neto
 Prefeito Municipal


 Adonias Menegotto da Silva
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças


 Fabricia de Souza Passos
 Secretaria Municipal de Planejamento

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
	Receita Total	96.473.817,28	92.763.265,85	0,076	107,304	103.786.592,63	96.187.704,01	0,079	111,265	110.709.094,36	99.038.053,93	0,082
Receitas Primárias (I)	96.779.402,46	93.057.117,75	0,076	107,644	104.115.281,17	96.492.382,92	0,080	111,617	111.059.770,42	99.351.761,44	0,082	114,925
Despesa Total	86.514.742,11	83.187.252,03	0,068	96,227	93.072.559,56	86.258.164,56	0,071	99,779	99.280.499,28	88.814.270,40	0,074	102,736
Despesas Primárias (II)	112.780.422,15	108.442.713,61	0,089	125,441	121.329.178,15	112.445.948,24	0,093	130,072	129.421.834,33	115.778.082,03	0,096	133,926
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(16.001.019,69)	(15.385.595,86)	-0,013	-17,797	(17.213.886,98)	(15.953.565,32)	-0,013	-18,455	(18.362.063,91)	(16.426.320,59)	-0,014	-19,001
Resultado Nominal	(181.184,73)	(174.216,09)	0,000	-0,202	(194.918,53)	(180.647,39)	0,000	-0,209	(207.919,60)	(186.000,55)	0,000	-0,215
Dívida Pública Consolidada	8.042.502,97	7.733.175,93	0,008	8,945	8.652.124,70	8.018.651,25	0,007	9,276	9.229.221,42	8.256.269,59	0,007	9,650
Dívida Consolidada Líquida	(15.594.725,96)	(14.994.928,81)	-0,012	-17,345	(16.778.806,19)	(15.548.476,54)	-0,013	-17,986	(17.895.819,16)	(16.009.227,73)	-0,013	-18,519
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019 , às 13:59:19

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PIB real (crescimento % anual)	3,01	3,83	3,83	3,83	3,83	3,83
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,50	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,75	3,80	3,80	3,80	3,80	3,80
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,00	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	127.000.000.000,00		130.900.000.000,00		134.700.000.000,00	
Receita Corrente Líquida - RCL	89.907.135,00		93.278.652,56		96.636.684,05	

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2020	2021	2022
Valor Corrente / 1,0400	Valor Corrente / 1,0790	Valor Corrente / 1,1178

<p>Jose de Barros Neto Prefeito Municipal</p>	<p>Adonias Menegão da Silva Secretária Municipal de Administração e Finanças</p>	<p>Fabrizia de Souza Piresos Secretária Municipal de Planejamento</p>
--------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	90.701.278,48	0,074	104,917	90.154.020,44	0,075	104,284	(547.258,04)	-0,603
Receitas Primárias (I)	92.220.761,68	0,076	106,674	88.675.433,11	0,073	102,573	(3.545.328,57)	-3,844
Despesa Total	90.701.278,48	0,074	104,917	80.847.343,35	0,067	93,518	(9.853.935,13)	-10,864
Despesas Primárias (II)	98.689.297,34	0,081	114,157	79.885.646,35	0,066	92,406	(18.803.650,99)	-19,053
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(6.468.535,66)	-0,005	-7,483	8.789.786,76	0,007	10,167	15.258.322,42	-235,885
Resultado Nominal	(17.590,42)	0,000	-0,020	(8.179.770,70)	-0,007	-9,462	(8.162.180,28)	16.401,281
Dívida Pública Consolidada	7.237.426,21	0,006	8,372	7.515.655,52	0,006	8,694	278.229,31	3,844
Dívida Consolidada Líquida	(1.787.036,60)	-0,001	-2,067	(9.966.807,30)	-0,008	-11,529	(8.179.770,70)	457,728

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2018	122.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2018	120.800.000.000,00

FONTES: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019, às 14:00:21

<p>_____ Jose de Barros Neto Prefeito Municipal</p>	<p>_____ Adonise Menegão da Silva Secretária Municipal de Administração e Finanças</p>
<p>_____ Fabrícia de Souza Passos Secretária Municipal de Planejamento</p>	

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2017		2018		2019		2020		2021		2022	
		%		%		%		%		%		%
Receita Total	83.937.000,00	8,06	90.701.278,48	13,61	102.421.235,36	96.473.817,28	-5,81	103.786.532,63	7,58	110.709.094,36	6,67	
Receitas Primárias (I)	82.403.636,12	11,91	92.220.761,68	1,99	90.439.587,38	96.779.402,46	7,01	104.115.281,17	7,58	111.059.770,42	6,67	
Despesa Total	83.937.000,00	8,06	90.701.278,48	26,68	102.421.235,36	86.514.742,11	-15,53	93.072.559,56	7,58	99.280.499,28	6,67	
Despesas Primárias (II)	87.376.820,93	12,95	98.689.297,34	31,93	105.392.413,93	112.780.422,15	7,01	121.329.178,15	7,58	129.421.834,33	6,67	
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(4.973.184,81)	30,07	(6.468.535,66)	131,16	(14.952.826,55)	(16.001.019,69)	7,01	(17.213.896,98)	7,58	(18.362.063,91)	6,67	
Resultado Nominal	(310.952,82)	-94,34	(17.590,42)	0,00	(169.315,70)	(181.184,73)	7,01	(194.918,53)	7,58	(207.919,60)	6,67	
Dívida Pública Consolidada	759.214,32	853,28	7.237.426,21	46,22	7.515.655,52	8.042.502,97	7,01	8.652.124,70	7,58	9.229.221,42	6,67	
Dívida Consolidada Líquida	(7.968.768,01)	-77,57	(1.787.036,60)	20,55	(14.573.148,27)	(15.594.725,96)	7,01	(16.776.806,19)	7,58	(17.895.819,16)	6,67	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2017		2018		2019		2020		2021		2022	
		%		%		%		%		%		%
Receita Total	90.437.400,24	3,52	94.193.277,70	9,39	102.421.235,36	92.763.285,85	-9,43	96.187.704,01	3,69	99.038.053,93	2,96	
Receitas Primárias (I)	88.785.286,84	3,72	95.771.261,01	-1,79	90.439.587,38	93.057.117,75	2,89	96.492.382,92	3,69	99.351.761,44	2,96	
Despesa Total	90.437.400,24	-7,16	94.193.277,70	21,99	102.421.235,36	83.187.252,03	-18,78	86.258.164,56	3,69	88.814.270,40	2,96	
Despesas Primárias (II)	94.143.613,98	-11,88	102.488.835,29	27,04	105.392.413,93	108.442.713,61	2,89	112.445.948,24	3,69	115.778.082,03	2,96	
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(5.358.327,14)	25,37	(6.717.574,28)	122,59	(14.952.826,55)	(15.385.595,86)	2,89	(15.953.565,32)	3,69	(16.426.320,59)	2,96	
Resultado Nominal	(335.034,19)	-435,47	(18.267,65)	-98,01	(169.315,70)	(174.216,09)	2,89	(180.647,39)	3,69	(186.000,55)	2,96	
Dívida Pública Consolidada	818.010,76	854,14	7.516.067,12	-3,71	7.515.655,52	7.733.175,93	2,89	8.018.651,25	3,69	8.266.269,59	2,96	
Dívida Consolidada Líquida	(8.585.899,69)	20,55	(1.855.837,51)	40,80	(14.573.148,27)	(14.994.928,81)	2,89	(15.548.476,54)	3,69	(16.009.227,73)	2,96	

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

	2018	2019*	2020*	2021	2022
2017	3,75	3,85	4,00	3,75	3,60

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019, às 14:01:29

Jose de Barros Neto
 Prefeito Municipal

Adonias Meneguido da Silva
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

Fabrizia de Souza Passos
 Secretária Municipal de Planejamento

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	3.677.067,70	3,423	3.677.067,70	4,325	3.677.067,70	4,499
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	103.740.462,21	96,577	81.342.705,61	95,675	78.062.128,33	95,501
Total	107.417.529,91	100%	85.019.773,31	100%	81.739.196,03	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019 , às 14:02:12

<p>_____ Jose de Barros Neto Prefeito Municipal</p>	<p>_____ Adonias Menegidio da Silva Secretária Municipal de Administração e Finanças</p>
<p>_____ Fabricia de Souza Passos Secretária Municipal de Planejamento</p>	

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

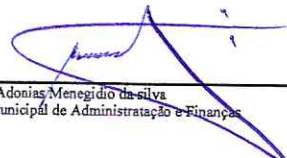
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	3.677.067,70	3,423	3.677.067,70	4,325	3.677.067,70	4,499
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	103.740.462,21	96,577	81.342.705,61	95,675	78.062.128,33	95,501
Total	107.417.529,91	100%	85.019.773,31	100%	81.739.196,03	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019 , às 14:02:12

<p>_____ Jose de Barros Neto Prefeito Municipal</p>	 _____ Adonias Menegidio da Silva Secretaria Municipal de Administração e Finanças
<p>_____ Fabricia de Souza Passos Secretaria Municipal de Planejamento</p>	

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2020

AMF - Demonstrativo 5 (Lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	154.517,77	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	154.517,77	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2018 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2017 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2016 (i) = ((Ic - II f)
VALOR (III)	154.517,77	0,00	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019 , às 14:03:27

<p>_____ Jose de Barros Neto Prefeito Municipal</p>	<p>_____ Adonís Menegidio da Silva Secretaria Municipal de Administração e Finanças</p>
<p>_____ Fabrícia de Souza Passos Secretaria Municipal de Planejamento</p>	

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXOS DE METAS FISCAIS****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	1.719.477,58
(-) Transferências Constitucionais	150.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	343.859,51
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	1.225.618,07
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	1.225.618,07
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuada)	0,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	1.225.618,07

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 15/04/2019 , às 08:40:40

Na linha Aumento Permanente da Receita foi informado o valor dos repase do ICMS e FPM sendo considerado como base de cálculo a projeção de recebimento para 2018 de R\$ 22.288.035,99 de FPM e R\$ 20.698.903,99 de ICMS. O percentual em referencial para base de cálculo foi o índice de percentual da inflação 4%, deduzindo os 20 % do FUNDEB.

Jose de Barros Neto
Prefeito Municipal

Adonias Meneghini de Silva
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

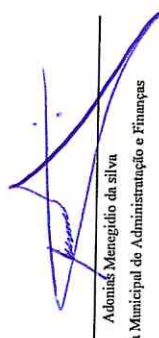
Fabricia de Souza Passos
Secretaria Municipal de Planejamento

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2020

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA			PROJETADA			R\$ 1,00	
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%		2022
Receitas Correntes	77.556.490,82	86.449.166,27	118,51	89.488.855,36	10,82	92.509.254,96	3,08	99.521.456,50	15,16	106.010.255,46	13,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.536.869,71	6.168.309,19	35,96	6.609.600,00	7,15	6.600.707,66	-0,13	7.101.041,30	7,58	7.564.029,19	6,52
Contribuições	2.537.847,79	3.691.634,51	45,46	3.200.000,00	-13,32	3.950.418,09	23,45	4.249.859,78	7,58	4.526.950,64	6,52
Receita Patrimonial	801.421,08	526.566,82	-34,30	1.155.457,98	119,43	563.479,15	-51,23	606.190,88	7,58	645.714,52	6,52
Juros e Correções Monetárias	0,00	478.587,33	0,00	1.075.457,98	124,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.231.743,82	6.702.080,27	7,55	8.998.319,76	34,26	7.171.896,09	-20,30	7.715.525,82	7,58	8.218.578,10	6,52
Transferências Correntes	63.002.191,70	69.027.791,25	117,77	68.629.606,36	7,26	73.866.639,42	6,74	79.465.730,69	15,16	84.646.896,33	13,04
Outras Receitas Correntes	446.416,72	332.786,23	-25,45	895.871,26	169,20	356.114,55	-60,25	383.108,03	7,58	408.086,88	6,52
Receitas de Capital	1.863.019,40	3.704.852,17	98,86	12.932.380,00	249,07	3.964.662,32	-69,34	4.265.076,14	7,58	4.543.169,10	6,52
Operações de Crédito	267.859,85	1.000.000,00	273,33	10.900.000,00	990,00	1.070.100,00	-90,18	1.151.213,58	7,58	1.226.272,71	6,52
Alienação de Bens	0,00	154.517,77	0,00	81.190,00	-47,46	165.349,47	103,66	177.882,96	7,58	189.480,93	6,52
Transferências de Capital	1.595.159,55	2.550.334,40	59,88	1.951.190,00	-23,49	2.729.112,85	39,87	2.935.979,60	7,58	3.127.405,46	6,52
TOTAL DA RECEITA	79.419.510,22	90.154.020,44	13,52	102.421.235,36	13,61	96.473.817,28	-5,81	103.786.532,64	7,58	110.553.414,56	6,52

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 1/04/2019 , às 14:05:50


 Adonís Menegildo da Silva
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jesso de Barros Neto
 Prefeito Municipal

Fabricia de Souza Passos
 Secretária Municipal de Planejamento

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2020

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA			R\$ 1,00		
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%		2022	%
	DESPESAS CORRENTES	69.503.740,20	75.991.007,94	9,33	86.708.036,16	12,79	81.317.977,59	-5,12	87.481.880,29		7,58	93.185.698,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.749.734,78	43.398.595,32	3,95	46.038.387,02	6,08	46.440.836,85	0,87	49.961.052,27	7,58	53.218.512,88	6,52	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	202.081,15	0,00	25.000,00	-87,63	216.247,04	764,99	232.638,57	7,58	247.806,60	6,52	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.754.005,42	32.390.331,47	16,71	39.644.638,14	22,40	34.660.893,70	-12,57	37.288.189,45	7,58	39.719.379,38	6,52	
DESPESAS DE CAPITAL	3.264.636,30	4.856.335,41	48,76	15.713.200,20	223,56	5.196.764,52	-66,93	5.690.679,27	7,68	5.955.191,55	6,52	
INVESTIMENTOS	2.619.150,02	4.096.719,56	56,41	15.043.200,20	267,20	4.393.899,60	-70,86	4.716.199,19	7,58	5.023.695,37	6,52	
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	645.486,28	759.615,85	17,68	670.000,00	-11,80	812.864,92	21,32	874.480,08	7,58	931.496,18	6,52	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DA DESPESA	72.768.376,50	80.847.343,35	11,10	102.421.235,36	26,68	88.514.742,11	-15,53	93.072.569,56	7,58	99.140.890,41	6,52	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019 , às 14:07:43

<p>_____ Jose de Barros Neto Prefeito Municipal</p>	<p>_____ Adonivaldo Marcondes da Silva Secretaria Municipal de Administração e Finanças</p>
<p>_____ Fabricia de Souza Passos Secretaria Municipal de Planejamento</p>	

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2020

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receitas Correntes	77.556.490,82	86.449.168,27	110,51	89.488.856,36	10,82	92.509.254,96	3,08	99.521.456,50	15,16	106.010.255,46	13,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.536.869,71	6.168.309,19	36,96	6.609.600,00	7,15	6.600.707,66	-0,13	7.101.041,30	7,58	7.584.029,19	6,52
Contribuições	2.537.847,79	3.691.634,51	45,46	3.200.000,00	-13,32	3.950.418,09	23,45	4.249.859,78	7,58	4.526.950,64	6,52
Recall Patrimonial	801.421,08	526.566,82	-34,30	1.155.457,98	119,43	563.479,15	-51,23	606.190,88	7,58	645.714,52	6,52
Juros e Correções Monetárias	0,00	478.587,33	0,00	1.075.457,98	124,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recall de Serviços	6.231.743,82	6.702.080,27	7,55	8.988.319,76	34,26	7.171.886,09	-20,30	7.715.525,82	7,58	8.218.578,10	6,52
Transferências Correntes	63.002.191,70	69.027.781,25	117,77	68.629.606,36	7,26	73.866.639,42	6,74	79.465.730,69	15,16	84.646.896,33	13,04
Outras Receitas Correntes	446.416,72	332.786,23	-25,45	895.871,26	169,20	356.114,55	-60,25	383.108,03	7,58	408.086,68	6,52
Receitas de Capital	1.863.019,40	3.704.852,17	98,86	12.932.380,00	249,07	3.964.552,32	-69,34	4.265.076,14	7,58	4.543.159,10	6,52
Operações de Crédito	267.859,85	1.000.000,00	273,33	10.900.000,00	990,00	1.070.100,00	-90,18	1.151.213,58	7,58	1.226.272,71	6,52
Alienação de Bens	0,00	154.517,77	0,00	81.190,00	-47,46	165.349,47	103,66	177.882,96	7,58	189.480,93	6,52
Transferências de Capital	1.595.159,55	2.550.334,40	59,88	1.951.190,00	-23,49	2.729.112,85	39,87	2.935.979,60	7,58	3.127.405,46	6,52
TOTAL DA RECEITA	79.419.510,22	90.154.020,44	13,52	102.421.235,36	13,61	96.473.817,28	-5,81	103.786.532,64	7,58	110.553.414,56	6,52
RECEITAS CORRENTES (I)	77.556.490,82	86.449.168,27	11,47	89.488.856,36	3,52	92.509.254,96	3,38	99.521.456,50	7,58	106.010.255,46	6,52
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	77.556.490,82	86.449.168,27	11,47	89.488.856,36	3,52	92.509.254,96	3,38	99.521.456,50	7,58	106.010.255,46	6,52
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.863.019,40	3.704.852,17	98,86	12.932.380,00	249,07	3.964.552,32	-69,34	4.265.076,14	7,58	4.543.159,10	6,52
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	267.859,85	1.000.000,00	273,33	10.900.000,00	990,00	1.070.100,00	-90,18	1.151.213,58	7,58	1.226.272,71	6,52
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	154.517,77	0,00	81.190,00	-47,46	165.349,47	103,66	177.882,96	7,58	189.480,93	6,52
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.596.159,55	2.550.334,40	59,88	1.951.190,00	-23,49	2.729.112,86	39,87	2.935.979,60	7,58	3.127.405,46	6,52
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	79.151.650,37	88.999.502,67	12,44	91.440.046,36	2,74	95.238.367,81	4,15	102.457.436,10	7,58	109.137.660,92	6,52

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019, às 14:11:02

Jose de Barros Neto
 Prefeito Municipal

Adonias Menegildo da Silva
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Fabrizia de Souza Passos
 Secretaria Municipal de Planejamento

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2020

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III


ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA			RS 1,00		
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%		2022	%
Despesas												
DESPESAS CORRENTES												
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	69.503.740,20	75.991.007,94	9,33	85.708.035,16	12,79	81.317.977,59	-5,12	87.481.880,29	7,58	93.185.698,86	6,62	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	41.749.734,78	43.398.595,32	3,95	46.038.397,02	6,08	46.440.836,85	0,87	49.961.052,27	7,58	53.218.512,88	6,52	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	202.081,15	0,00	25.000,00	-97,63	216.247,04	764,99	232.638,57	7,58	247.806,60	6,52	
DESPESAS DE CAPITAL	27.754.005,42	32.390.331,47	16,71	39.644.638,14	22,40	34.860.893,70	-12,57	37.288.189,45	7,58	39.719.379,38	6,52	
INVESTIMENTOS	3.264.636,30	4.866.335,41	48,76	16.713.200,20	223,56	5.196.764,52	-66,93	6.590.679,27	7,58	6.965.191,55	6,52	
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	2.619.150,02	4.096.719,56	56,41	15.043.200,20	267,20	4.383.899,60	-70,86	4.716.199,19	7,58	5.023.695,37	6,52	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	645.466,28	759.615,85	17,68	670.000,00	-11,80	812.864,92	21,32	874.480,08	7,58	931.496,18	6,52	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas												
Receitas Correntes												
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	77.556.490,82	86.449.166,27	118,51	89.488.856,36	10,82	92.509.254,96	3,08	99.521.456,50	15,16	106.010.255,46	13,04	
Contribuições	4.536.869,71	6.166.309,19	35,96	6.609.600,00	7,15	6.600.707,66	-0,13	7.101.041,30	7,58	7.564.029,19	6,52	
Receita Patrimonial	2.537.847,79	3.091.634,51	45,46	3.200.000,00	-13,32	3.950.418,09	23,45	4.249.859,78	7,58	4.526.960,64	6,52	
Juros e Correções Monetárias	801.421,08	526.566,82	-34,30	1.155.457,98	119,43	563.479,15	-51,23	606.190,88	7,58	645.714,52	6,52	
Receita de Serviços	0,00	478.587,33	0,00	1.075.457,98	124,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes	6.231.743,82	6.702.080,27	7,55	8.988.319,76	34,26	7.171.896,09	-20,30	7.715.525,82	7,58	8.218.578,10	6,52	
Outras Receitas Correntes	63.002.191,70	69.027.791,25	117,77	68.629.606,36	7,26	73.866.639,42	6,74	79.466.730,69	15,16	84.646.896,33	13,04	
Receitas de Capital	446.416,72	332.786,23	-25,45	895.871,26	169,20	356.114,65	-60,25	383.108,03	7,58	408.086,68	6,52	
Operações de Crédito	1.863.019,40	3.704.852,17	98,86	12.932.380,00	249,07	3.964.652,32	-69,34	4.265.076,14	7,58	4.543.169,10	6,52	
Operações de Bens	267.859,85	1.000.000,00	273,33	10.900.000,00	990,00	1.070.100,00	-90,18	1.151.213,58	7,58	1.226.272,71	6,52	
Alienação de Bens	0,00	154.517,77	0,00	81.190,00	-47,46	165.349,47	103,66	177.882,86	7,58	189.480,33	6,52	
Transferências de Capital	1.595.199,55	2.550.334,40	59,86	1.951.190,00	-23,49	2.729.112,05	39,87	2.935.979,60	7,58	3.127.405,46	6,52	

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2020

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA			R\$ 1,00		
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%		2022	%
	Resumo											
TOTAL DA DESPESA	72.768.376,50	80.847.343,35	11,10	102.421.235,36	26,68	86.514.742,11	-16,53	93.072.559,56	7,58	98.140.890,41	6,52	
DESPESAS CORRENTES (X)	69.603.740,20	75.991.007,94	9,33	85.708.035,16	12,79	81.317.977,59	-5,12	87.481.880,29	7,58	93.185.698,86	6,52	
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	0,00	202.081,15	0,00	25.000,00	-87,63	216.247,04	764,99	232.638,57	7,58	247.806,60	6,52	
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	69.603.740,20	75.788.926,79	9,04	85.683.035,16	13,05	81.101.730,55	-5,35	87.249.241,72	7,58	92.937.892,26	6,52	
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.264.636,30	4.856.335,41	48,76	15.713.200,20	223,56	5.196.764,62	-66,93	5.590.679,27	7,58	5.955.191,55	6,52	
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	645.486,28	759.615,85	17,68	670.000,00	-11,80	812.864,92	21,32	874.480,08	7,58	931.496,18	6,52	
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	2.619.150,02	4.096.719,56	66,41	15.043.200,20	267,20	4.383.899,60	-70,86	4.716.199,19	7,58	5.023.695,37	6,52	
DESPESAS DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	72.122.890,22	79.885.646,35	10,76	101.726.235,36	27,34	85.485.630,15	-15,97	91.965.440,91	7,58	97.961.567,63	6,52	
TOTAL DA RECEITA	79.419.510,22	90.164.020,44	13,52	102.421.235,36	13,61	96.473.817,28	-5,81	103.786.532,64	7,58	110.553.414,56	6,52	
RECEITAS CORRENTES (I)	77.556.490,82	86.449.168,27	11,47	89.488.855,36	3,52	92.509.254,96	3,38	99.521.456,50	7,58	106.010.255,46	6,52	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	77.556.490,82	86.449.168,27	11,47	89.488.855,36	3,52	92.509.254,96	3,38	99.521.456,50	7,58	106.010.255,46	6,52	
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.863.019,40	3.704.852,17	98,86	12.932.380,00	249,07	3.964.562,32	-69,34	4.265.076,14	7,58	4.543.159,10	6,52	
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	267.859,85	1.000.000,00	273,33	10.900.000,00	990,00	1.070.100,00	-90,18	1.151.213,58	7,58	1.226.272,71	6,52	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	154.517,77	0,00	81.190,00	-47,46	165.349,47	103,66	177.882,96	7,58	189.480,93	6,52	
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.695.159,55	2.550.334,40	59,88	1.951.190,00	-23,49	2.729.112,85	39,87	2.935.979,60	7,58	3.127.405,46	6,52	
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	79.151.650,37	88.999.502,67	12,44	91.440.045,36	2,74	95.238.367,81	4,16	102.467.436,10	7,58	109.137.660,92	6,52	
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	7.028.780,15	9.113.856,32	29,67	(10.298.190,00)	-212,86	9.752.737,66	-194,81	10.491.995,19	7,58	11.176.073,29	6,52	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 1/10/2019, às 14:14:02

Jose de Barros Neto Prefeito Municipal	 Adonias Meneguzzi da Silva Secretária Municipal de Administração e Finanças
Fabricia de Souza Pessos Secretária Municipal de Planejamento	

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

2020

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (1)							
Dívida Mobiliária	6.591.423,62	1.956.175,50	7.003.566,92	7.321.794,60	7.614.666,34	7.900.216,32	8.184.624,10
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.591.423,62	1.956.175,50	7.003.566,92	7.321.794,60	7.614.666,34	7.900.216,32	8.184.624,10
Ativo Disponível	11.545.165,71	12.738.084,36	19.538.775,26	24.926.435,96	25.923.493,40	26.895.624,40	27.863.866,88
Haveres Financeiras	13.417.914,38	13.629.809,44	19.581.440,66	25.214.319,92	26.222.892,71	27.206.251,19	28.185.676,23
(-) Restos a Pagar	465.467,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.398.216,53	891.725,08	42.665,40	287.883,96	299.389,31	310.626,79	321.809,35

Dívida Consolidada Líquida	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	-4.953.742,09	-10.781.908,86	-12.535.208,34	-17.604.641,36	-18.308.827,06	-18.995.408,08	-19.679.242,78

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019 , às 14:16:48

<p>Jose de Barros Neto Prefeito Municipal</p>	<p>Adonias Menegido da Silva Secretaria Municipal de Administração e Finanças</p>	<p>Fabírcia de Souza Passos Secretaria Municipal de Planejamento</p>
--------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
2020

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2017 (b)	2018 (c)	2019 (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)						
DEDUÇÕES (II)						
Ativo Disponível	1.956.175,50	7.003.566,92	7.321.794,60	7.614.666,34	7.900.276,32	8.184.624,10
Haveres Financeiros	12.738.084,36	19.538.775,26	24.926.435,96	25.923.493,40	26.895.624,40	27.863.866,88
(-) Restos a Pagar	13.628.809,44	19.581.440,66	25.214.319,92	26.222.892,71	27.206.251,19	28.185.876,23
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	891.725,08	42.665,40	287.883,96	299.399,31	310.626,79	321.809,35
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-10.781.908,86	-12.535.208,34	-17.604.641,36	-18.308.827,06	-18.995.408,08	-19.679.242,78
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-10.781.908,86	-12.535.208,34	-17.604.641,36	-18.308.827,06	-18.995.408,08	-19.679.242,78
Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	5.828.166,77	1.753.289,48	5.069.433,02	704.185,70	686.581,02	683.834,70

Notas:

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
 * Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2016(R\$ -4.953.742,09)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assessoria De Planejamento E Orçamento, Emissão: 11/04/2019 , às 14:16:02

Jose de Barros Neto
 Prefeito Municipal

Adonias Menegildo da Silva
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

Fabrizia de Souza Passos
 Secretária Municipal de Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicação Mural – Art. 90, Lei 1380/90 – Emenda 013/2005).

ADONIAS MENEGÍDIO DA SILVA,
Secretário Municipal de Administração e
Finanças, por nomeação na forma da Lei.

CERTIFICA, ter sido afixado, na data infra, no Mural da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu – ES, a Lei nº 2999/2019 de 03 de julho de 2019, que “Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária do Exercício de 2020 e dá Outras Providências”, nos termos do disposto no Art. 90, inciso II, da Lei Municipal nº 1380, de 05 de abril de 1990 – LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Baixo Guandu (ES), 03 de julho de 2019.

ADONIAS MENEGÍDIO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças